



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

ATENTOS/AS E FORTES NA QUARENTENA: tecendo resistências em defesa dos direitos, das políticas sociais e das liberdades democráticas a partir da extensão universitária

Attentive and strong in quarantine: building resistance in defense of rights, social policies and democratic freedoms from the university extension

Atentos y fuertes en cuarentena: construyendo resistencias en defensa de derechos, políticas sociales y libertades democráticas desde la extensión universitária

Vanda Micheli Burginski¹
Rosemeire Santos²

RESUMO

O trabalho ora apresentado se propõe sistematizar a experiência do projeto de extensão na modalidade de eventos sob o título "Atentos/as e fortes na quarentena: tecendo resistências em defesa dos direitos humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas, desenvolvido pelos Grupos de Estudos e Pesquisas GEPPSFAM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias e o GEPSI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade, ambos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e vinculados ao curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-

¹ Doutora do curso de Licenciatura em Política Social da Universidade de Brasília, UnB, Brasil, burginski@uft.edu.br.

² Universidade de Brasília, UnB, Brasil, rosesantos@uft.edu.br.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

graduação em Serviço Social. O projeto teve por objetivo central propiciar um espaço de debates e reflexões sobre temas relacionados ao Serviço Social, a política social e temas transversais relacionados ao impacto da pandemia da Covid-19 nas condições de vida da população, abordando as dimensões de classe, gênero, étnico-racial e geracional.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; direitos; política social; liberdades democráticas; Pandemia da Covid-19.

ABSTRACT

The work presented here aims to systematize the experience of the extension project in the form of events under the title "Attentive and strong in quarantine: weaving resistance in defense of human rights, social policies and democratic freedoms, developed by the Study Groups and Research GEPPSFAM - Study and Research Group on Social Protection and Families and GEPSI - Study and Research Group on Social Policies, Intersectoriality and Interdisciplinarity, both from the Federal University of Tocantins (UFT) and linked to the Social Service course and the Program Graduate Program in Social Work. The main objective of the project was to provide a space for debates and reflections on themes related to Social Work, social policy and cross-cutting themes related to the impact of the Covid-19 pandemic on the population's living conditions, addressing the dimensions of class, gender, ethnic-racial and generational.

KEYWORDS: University Extension; rights; social policy; democratic freedoms; Covid-19 Pandemic.

RESUMEN

El trabajo aquí presentado tiene como objetivo sistematizar la experiencia del proyecto de extensión en forma de eventos bajo el título "Atentos y fuertes en cuarentena: tejiendo resistencias en defensa de los derechos humanos, políticas



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

sociales y libertades democráticas, desarrollado por las Comisiones de Estudio e Investigación GEPPSFAM - Grupo de Estudio e Investigación en Protección Social y Familias y GEPSI - Grupo de Estudio e Investigación en Políticas Sociales, Intersectorialidad e Interdisciplinarietà, ambos de la Universidad Federal de Tocantins (UFT) y vinculados al curso de Servicio Social y al Programa Programa de Postgrado en Trabajo Social. El objetivo principal del proyecto fue brindar un espacio para debates y reflexiones sobre temas relacionados con Trabajo Social, política social y temas transversales relacionados con el impacto de la pandemia Covid-19 en las condiciones de vida de la población, abordando las dimensiones de clase, género, étnico-racial y generacional.

PALABRAS CLAVE: Extensión Universitaria; derechos; politica social; libertades democráticas; Pandemia de COVID-19.

Recebido em: 31.03.2020. Aceito em: 19.04.2020. Publicado em: 30.05.2020.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

Introdução

A proposta desse trabalho é abordar a experiência de extensão do projeto intitulado “atentos/as e fortes na quarentena: tecendo resistências em defesa dos direitos, das políticas sociais e das liberdades democráticas” que consiste em realizar encontros virtuais para debater temas que são de extrema importância para o aprofundamento teórico, bem como, extremamente necessários para garantir o direito de acesso à informação sobre a Covid-19 em tempos de pandemia, em que o acesso às políticas sociais e aos direitos são a única alternativa de sobrevivência de setores da população brasileira.

O primeiro semestre letivo de 2020 teve que ser suspenso, no que tange às atividades coletivas e presenciais de ensino, pesquisa e extensão diante da ligeira contaminação proporcionada pelo novo coronavírus, uma pandemia mundial e que têm colocado o Brasil no centro do debate mundial, tanto devido ao número de óbitos, quanto em relação à velocidade e grau de contaminação. E como uma forma de não perder o contato com a comunidade acadêmica e a sociedade de um modo geral, bem como refletir coletivamente sobre os impactos da Covid-19 no cotidiano dos sujeitos sociais envolvidos nas mais variadas políticas sociais que deveriam proporcionar condições básicas de sobrevivência para uma parcela significativa da sociedade é que o GEPPSFAM e o GEPSI ambos da Universidade Federal do Tocantins, e com o apoio do Fórum Tocantinense contra a Privatização da Saúde e do Coletivo Atento/a e Forte se organizaram coletivamente na preparação de lives em transmissão no canal do GEPPSFAM no



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

Youtube com temas relacionados aos direitos, às políticas sociais e às liberdades democráticas em tempos de pandemia.

Tecendo diálogos e resistências a partir da extensão universitária em tempos de pandemia da Covid-19

A experiência do projeto de extensão aqui sistematizada inicia sua gestação a partir de diálogos entre duas docentes do curso de Serviço Social da UFT do campus de Miracema, em que refletiam sobre possibilidades de manterem diálogos com a comunidade acadêmica, seus/suas orientandos/as da graduação, especialização e mestrado acadêmico, bem como pesquisadores/as e estudantes vinculados/as aos grupos de pesquisa, ainda que por meio de tecnologias, em uma conjuntura difícil em nível mundial, diante de uma pandemia nunca antes vivenciada por essa geração. Outro aspecto se referia as demandas trazidas para a universidade, em especial de profissionais assistentes sociais que planejam e executam políticas sociais, ou seja, que estão “na linha de frente” do combate à Covid-19, atuando no âmbito das políticas de seguridade social, principalmente as políticas de saúde e assistência social.

Devido à chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil e sua incidência na particularidade do estado do Tocantins, as atividades da graduação na UFT foram suspensas, sendo autorizadas somente atividades que não envolvam contato ou aproximação física entre docentes, técnicos e estudantes, resguardando assim a saúde e impedindo a proliferação do contágio pelo novo coronavírus. As



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

atividades docentes e administrativas são realizadas de forma remota, o que tem possibilitado levar adiante várias decisões colegiadas e situações relacionadas às atividades acadêmicas, muitas vezes, avolumando a quantidade de trabalho, pois a universidade se realiza a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O projeto está em sintonia com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 onde estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A UFT como universidade pública, laica e gratuita tem como premissa defender a produção, a acumulação e a disseminação do conhecimento e da ciência, respeitando a perspectiva de autonomia didático-científica e de acordo com a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex):

A Extensão Universitária é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social (PROEX, 2020).

O debate sobre a extensão universitária que vimos defendendo no âmbito do curso de Serviço Social da UFT é que se constitui uma dimensão estratégica no sentido de afirmação de princípios éticos e valores comprometidos com a classe trabalhadora, que vão ao encontro do fortalecimento do Projeto Ético-



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

Político Profissional ao estabelecer relações e articulações entre o Serviço Social, os movimentos sociais, as organizações e lutas populares, bem como, com a população usuária dos serviços sociais públicos³. Esse aspecto merece atenção porque grande parte dessas articulações são realizadas pelas práticas de extensão universitária nas universidades federais e estaduais (DURIGUETO, 2014; FARAGE, 2014; MARRO, 2011, 2014).

O Plano Nacional de Extensão Universitária, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e aprovado em 2001, reafirmou aspectos importantes relacionados à função social da universidade como a transformação da sociedade, seu necessário vínculo com os movimentos sociais e o compromisso com os setores das classes populares. Foi instituído o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que formalizou esses conceitos e inaugurou o financiamento das ações extensionistas em 1993, o qual foi interrompido em 1995. Em 2003 esse programa é retomado com a denominação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT). (BRASIL, Política Nacional de Extensão, 2012, p. 26).

Nessa perspectiva, em tempos de pandemia e de imposição de um ajuste fiscal duramente regressivo e de ataques ao conhecimento científico e à

³ Sobre o conceito de extensão universitária que vimos trabalhando ver em: BURGINSKI, V. M; CARIAGA, M. H. Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 779-807, 2019.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

universidade pública torna-se extremamente necessário reafirmar o fortalecimento da função social da universidade pública na transformação da sociedade, estreitando os vínculos com os movimentos sociais, abordando temas centrais colocados na urgência que o tempo atual nos impõe, desnudando o caráter de classe dos conflitos sociais acirrados. A luta entre a vida e os lucros se estabelece nessa quadra histórica perante a vigência da contrarreforma do Estado e do aprofundamento do projeto neoliberal. A pandemia exacerba todas as contradições dessa fase do desenvolvimento capitalista, atuando como catalisador de uma crise estrutural do capital sem precedentes, tornando cada vez mais evidentes os desastres ambientais, adicionando um componente intrínseco que é a emergência de uma crise sócio sanitária.

Essa crise sócio sanitária coloca em evidência todos os sistemas de saúde em nível mundial, pois a ágil e rápida contaminação causada pelo novo coronavírus pode colapsar esses sistemas. Outro aspecto em relação à política de saúde é que esta revela também as profundas desigualdades sociais em países cujos sistemas são constituídos pelo setor privado, avolumando o número de mortes entre as classes sociais mais pauperizadas, àquelas que não podem pagar pelo tratamento de saúde.

As políticas sociais e os direitos seguem ocupando destaque importante nos embates econômicos e políticos, pois sua ausência e fragilização coloca em xeque a vida de milhares de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros/as. Devido à ausência de tratamento eficaz para o novo coronavírus, o isolamento social tem sido a estratégia adotada por países para conter o contágio e evitar o colapso



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

dos sistemas de saúde. Evidentemente, a pandemia acentuou o que estava dissimulado nos discursos, ferrenhamente disputados no universo das práticas políticas, educacionais e ideológicas da sociedade burguesa: que o trabalho é a única fonte de valor e de produção de riqueza na sociedade capitalista.

Diante dessa realidade factível, o isolamento e o afastamento social têm sido duramente atacados pelos discursos e políticas governamentais, que tem atendido aos anseios do empresariado brasileiro. É certo que para o capitalismo continuar sua valorização e realização, não pode abrir mão de condições sociopolíticas, sob as quais tenta superar as crises de sua reprodução, sem perder a condição de classe hegemônica, dependendo do momento histórico que se impõe, valendo-se, dentre outras medidas da repressão, da truculência e da perspectiva negacionista da pandemia.

A conjuntura política brasileira tem se demonstrado extremamente desfavorável, no sentido de adotar medidas governamentais que possam conter a pandemia via ações coordenadas e estratégicas de fortalecimento das políticas sociais, particularmente da política de saúde, o que agrava ainda mais as condições sociais e psíquicas da população brasileira, em particular, a fração universitária.

Dois ministros da área técnica da saúde não se mantiveram à frente do Ministério da Saúde em função de orientações que estão na contramão de protocolos mínimos que respeitem a eficiência de medicamentos cientificamente comprovados, razão da existência da ciência médica, ou seja, para além de vieses ideológicos nenhum profissional da área técnica quis pôr em risco sua carreira



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

profissional e trajetória científica, o que revela o grau máximo de valores anti-ciência instaurado naquela que deveria ser a instituição central de enfrentamento à pandemia.

O Ministério da Saúde (MS) se encontra militarizado, com um ministro interino, General do exército à frente da pasta, bem como à vinculação de cargos da área técnica em posições estratégicas, hoje totalmente ligados ao exército, que vem aprofundando em uma política de subnotificação e ocultação de dados sobre a pandemia no Brasil, revelando a ausência de um comando nacional para o combate da pandemia no país e uma ausência de Plano emergencial com diretrizes orientadoras para estados e municípios.

Nesse contexto, o Brasil vem ganhando destaque mundial sobre a pandemia, devido ao elevado ritmo de crescimento de óbitos, associado a um ritmo de crescimento do número de casos confirmados da Covid-19, que tende cada vez mais a se agravar em função da flexibilização do isolamento social, que foi realizado de forma bastante precária em todo o país, devido a ausência de controle dos contágios, pois o Brasil se configura entre os países que menos realiza testagem. Apesar de realizar poucos testes, o Brasil é o segundo país com maior número absoluto de novos casos registrados, ultrapassando os Estados Unidos que testam 7.5 vezes mais⁴.

⁴CALIL, Gilberto. Números da pandemia. Brasil e Estados Unidos acima de todos: dois países têm juntos quase metade dos novos casos do mundo. <https://esquerdaonline.com.br/2020/07/06/brasil-e-estados-unidos-acima-de-todos-dois-paises-tem-juntos-quase-metade-dos-novos-casos-do->



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

No enfrentamento ao coronavírus, a necessidade do isolamento social expôs as diferentes realidades sanitárias e as condições de vida, atingindo de forma exponencial os mais pobres, periféricos e a população negra, demonstrando que a Covid-19 é atravessada pela questão de classe e étnico-racial. Trata-se de um encontro explosivo da pandemia com a realidade brasileira, revelando o racismo e o patriarcado estrutural, nossas heranças sócio-históricas do colonialismo escravista e da dependência.

Nesse contexto, as demandas dirigidas às políticas sociais estão além da capacidade dessas, devido à forte regressão imposta às políticas sociais, exacerbada a partir de 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n. 95, que adotou um novo regime fiscal, congelando as despesas primárias do governo com todas as políticas sociais, exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros e amortizações da dívida. Além disso, a aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, a lei de terceirizações, que fragilizaram ainda mais o pouco em termos de seguridade social, que se previa na Constituição Federal de 1988.

Contudo, é importante destacar que o neoliberalismo não surgiu em 2016, o fato é que ele se aprofundou desde então. Essa é a razão pela qual vimos apontando que estamos em uma fase ultraneoliberal, de intensificação da destruição das políticas sociais, notadamente as de seguridade social (saúde,

http://www.revistacapimdourado.org.br/mundo/?fbclid=IwAR3n1tZWVYONyci68dl3q13roUKkgvesS5i6rXIOG_qV_ZEF4QkDR5Tjk30

Acesso em 08/07/2020.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

previdência e assistência social), mas também as de educação, bem como o mínimo de proteção social que o Estado brasileiro tentou estruturar depois da CF de 1988. Desde os anos 1990, as políticas de cunho neoliberal estão em marcha, passando por todos os governos.

Entretanto, cabe destacar que as contrarreformas se deram de maneiras distintas, a depender dos governos, em função do grau, do ritmo e da intensidade dos ataques às políticas sociais. Pois, desde os anos 1990 as tendências de contrarreformas não se reverteram em função da perenidade de um ajuste fiscal permanente com a permanência de mecanismos como a dívida pública, a desvinculação das receitas da união (DRU) e, sobretudo, a intensificação pela disputa do fundo público.

Esse é um aspecto marcante para caracterizar a perversidade desse contexto de pandemia, agravada pela expropriação das condições de vida da classe trabalhadora, seja pela via da impossibilidade de conseguir trabalho digno diante das contrarreformas trabalhista e previdenciária, ou ainda pela expropriação de direitos daquela fração da classe trabalhadora ainda mais pauperizada, devido à supressão de investimentos na política de assistência social.

Medidas foram adotadas pelo governo como a renda emergencial básica que consiste no pagamento de um valor de R\$ 600,00 para as famílias como forma de contribuir com a possibilidade de isolamento social para aqueles/as que perderam sua renda nesse período. Apesar de insuficiente no sentido de fortalecer o isolamento social, tem sido bastante criticado pelo governo federal que tem jogado a responsabilidade para os governos estaduais e municipais. Nas agências



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

bancárias e do INSS tem se notado aglomerações, uma vez que não houve a vinculação do benefício à política de assistência social, o que é um grave erro, pois essa vinculação poderia evitar fraudes. De acordo com dados pesquisados no site da caixa econômica federal no dia 20/05/2020 haviam sido pagos auxílios emergenciais a 51,3 milhões de beneficiários, totalizando 62,3 milhões de pagamentos e 10 milhões ainda em análise. Esses dados revelavam que mais de 70 milhões de pessoas estavam recorrendo ao auxílio emergencial, o que revela a estrutura de imensa desigualdade social no Brasil.

Outro aspecto que cabe destacar é que a política de saúde vivencia historicamente um subfinanciamento crônico, Salvador em trabalho recente mostra que a saúde perdeu 12,86% de seu orçamento em 2008 e 11,60% em 2018. Os primeiros impactos da EC 95 foram sentidos já em 2016, pois a política de saúde perde espaço no orçamento federal reduzindo sua participação de 5,22% (2016) para 5,11% em 2019.

Resultados e considerações finais

A extensão é parte do processo de formação profissional e ainda como uma forma da universidade contribuir com a formação do corpo discente, bem como desenvolver atividades para os profissionais que executam e planejam as políticas sociais, reforçando o caráter formativo da universidade pública, sua contribuição através de pesquisas, estudos e reflexões sobre as diversas temáticas tratadas nesse período de crise, agravada, sobretudo pela pandemia da Covid-



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

19. Entende-se que a extensão universitária é uma função acadêmica e social da universidade com vistas a garantir valores democráticos e ainda disseminar o conhecimento, bem como favorecer a troca de saberes entre as demais instituições existentes na sociedade.

E com o desafio de propor uma atividade que garantisse o isolamento social e ainda proporcionasse a troca de conhecimento coletivo iniciou a construção de uma singela proposta, que mesmo singela, exigiu-se conhecimentos tecnológicos nunca antes utilizados pelas docentes responsáveis pelo projeto e tão pouco pelo demais membros dos grupos de pesquisa envolvidos. Todavia, com o desafio posto, o projeto começa a tomar forma e proporção. Assim o projeto se propôs a oferecer um conjunto de oito encontros (lives) com transmissões ao vivo, via canal do Youtube criado para esse momento, direcionados aos estudantes e profissionais, trazendo não só debates sobre a conjuntura política e social, mas também informações importantes sobre a pandemia, em um momento em que a desinformação é um aspecto importante a ser considerado, o que agrava ainda mais a contaminação das pessoas. A centralidade está em proporcionar um espaço de reflexão, aprofundamentos teóricos e encontros entre os/as assistentes sociais, os/as profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais, docentes, discentes e a comunidade em geral interessada nos temas abordados.

Os grupos de estudo, pesquisa e extensão em "Proteção Social e Famílias (GEPPSFAM)" e o de "Política Social, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade" (GEPSI) com o apoio do Fórum Tocantinense contra a Privatização da Saúde e do



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

Coletivo Atento/a e Forte de assistentes sociais se organizaram coletivamente na preparação das lives em respectivos temas, coloca “no ar” o projeto de extensão “Atentos/a e fortes na quarentena: tecendo resistências em defesa dos direitos, das políticas sociais e das liberdades democráticas”, com objetivo central de propiciar um espaço de debates e reflexões sobre temas relacionados ao Serviço Social, a política social e temas transversais relacionados ao impacto da pandemia da Covid-19 nas condições de vida da população, abordando as dimensões de classe, gênero, étnico-racial e geracional.

O primeiro encontro consistiu em uma apresentação do projeto e iniciou-se o debate sobre o papel da extensão e da universidade pública no período de pandemia, situação que poderia ser bem pior no país, se as universidades públicas não desempenhassem um papel fundamental, tanto na pesquisa científica para descobrir medicamentos e vacinas, quanto a realização de diversas ações relacionadas à produção de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos/ às trabalhadores/as da saúde, diversas informações, pesquisas, análises e monitoramento de dados da Covid-19.

O segundo encontro consistiu em debater “O SUS em tempos de Pandemia” com o propósito de discutir a política de saúde no Brasil, sendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) têm ocupado um lugar central nos debates sobre a Covid-19, devido ao fato de ser uma doença com grande transmissibilidade e, que portanto, afeta, sobretudo, os sistemas de saúde em todo o mundo. A defesa do SUS e os impactos da pandemia na vida da classe trabalhadora, em especial dos/as trabalhadores/as da saúde e dos/as usuários/as do SUS, contou



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

com profissionais docentes e assistentes sociais que pesquisam, atuam e militam na área em defesa do Sistema Único de Saúde, público e gratuito.

Os demais encontros tiveram como eixos centrais: o debate sobre os movimentos sociais e a educação população, o ensino à distância (EaD) e o trabalho remoto nas universidades, o acesso aos direitos a partir do trabalho do/a assistente social no âmbito do sócio-jurídico, a política de assistência social e seu papel na pandemia e, por fim, o aumento dos casos de violência contra crianças/adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Houve uma grande adesão aos encontros virtuais por parte dos/as estudantes do curso de Serviço Social, como também dos/as assistentes sociais e profissionais da saúde. O projeto teve projeção nacional e envolveu pesquisadores/as e estudantes de outras regiões do país, chegando a ter encontros que ultrapassou 90 participantes. Também foi muito importante a troca de saberes e conhecimentos com núcleos e grupos de pesquisas de outras universidades que propiciou pensar em parcerias futuras para outros projetos de extensão. Os encontros virtuais (lives) estão alojados na página <https://www.youtube.com/watch?v=njQkP62Qz9A> e com uma quantidade considerável de acessos, chegando a 360 acessos em um encontro.

Referências

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.**

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró- Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 3, n. 2, Maio-Agosto, 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n2p128>

BURGINSKI, V. M; CARIAGA, M. H. Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 779-807, 2019.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FARAGE, E. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.317-340, jul./dez. 2011.

UFT, Pró-Reitoria de Extensão cultura e Assuntos Comunitários – PROEX.
<https://ww2.uft.edu.br/index.php/proex>